

História Ambiental do Vale do Ipojuca no Agreste pernambucano

Edson Silva*

A partir de meados do Século XVII, depois do fim do domínio holandês na Capitania de Pernambuco, foi impulsionada a colonização portuguesa para o interior. As terras da região costeira estavam ocupadas com a lavoura da cana-de-açúcar e multiplicaram-se os pedidos à Coroa Portuguesa de terras no “sertão”: senhores de engenho alegavam possuir gados sem terras onde pudessem criá-los (MEDEIROS, 1993:23-26). Foram concedidas sesmarias, pelo governo português, legitimando-se o expansionismo colonial, com a invasão das terras indígenas. Em 1654, João Fernandes Vieira foi citado como proprietário de dez léguas de terras no “sertão do Ararobá”. Mais tarde, em 1671, Bernardo Vieira de Melo recebeu da Coroa vinte léguas no Ararobá. Os colonizadores, além de conflitos com os indígenas, enfrentavam os quilombolas de Palmares, que haviam ampliado o domínio de territórios desde a Zona da Mata até os “sertões” (Agreste), durante o período em que as forças portuguesas empenhavam-se em libertar a Capitania do domínio holandês.

Os conflitos que resultaram das invasões coloniais nos territórios indígenas ficaram conhecidos genericamente, na historiografia, como a “Guerra dos Bárbaros”, e se estenderam por todo o interior nordestino, nas regiões correspondentes, hoje, do Sertão da Bahia ao Maranhão, durando desde o último quartel do Século XVII até a segunda década do século seguinte (PUNTONI, 2002). Muitos indígenas morreram nos combates ou foram reunidos nas missões.

Para a instalação das fazendas de gado no Agreste e Sertão pernambucano era necessário amansar os índios “hostis”. Em 1661, o Governador Francisco de Brito Freire informava o aldeamento de muitos “tapuias”, até aquele momento considerados “indomáveis”, tendo sido constituídas duas novas povoações, com igrejas, sob a responsabilidade do Pe. João Duarte do Sacramento, fundador da Congregação do Oratório no Brasil (MEDEIROS, 1993, p. 35).

Uma das missões dos Oratorianos seguindo o curso do rio Capibaribe estava localizada em Limoeiro, na Zona da Mata Norte pernambucana, de onde partiram missionários que posteriormente se instalaram no Brejo da Madre de Deus, no Vale do Ipojuca, para daí aldear outros indígenas na região mais próxima fundando o aldeamento do Belo Monte que com a reforma pombalina passou a se chamar Cimbres, onde habitavam os índios Xukuru.

*UFPE. Doutor em História.

A região que foi chamada de “sertões” desde o período colonial até os primeiros anos da República e é atualmente conhecida por Agreste, compreende 24.400 km do estado de Pernambuco onde estão localizados diversos municípios e situam-se entre a Zona da Mata, o litoral úmido, e o Sertão propriamente seco.

Essa região de transição climática, onde ocorre à predominância do bioma Caatinga, possui um ecossistema complexo de áreas com poucas incidências de chuvas e secas periódicas e os brejos sejam de altitudes, sejam os de pé-de-serra, que são regiões úmidas com pequenos enclaves de matas densas. Por essas razões é possível pensar o Agreste no plural, como os “agrestes”.

Nos brejos nasce à maioria dos rios que correm para o litoral e desaguam no Oceano Atlântico, a exemplo dos rios Capibaribe, o Una e o Ipojuca. Com cerca de 250 km de extensão, tendo aproximadamente um terço do seu curso intermitente, o rio Ipojuca foi um dos caminhos da colonização portuguesa para o interior, concentrando assim ao longo do seu percurso a maior densidade populacional urbana do Agreste pernambucano abrangendo vários municípios, dentre os quais a conhecida cidade de Caruaru.

A sobrevivência humana nessa região está intimamente relacionada a alguns poucos rios temporários que nascem nas serras e os que correm em direção ao litoral, e ainda aos chamados “brejos de altitudes”, espaços de clima ameno, onde uma elevada densidade populacional coexiste com as atividades agrícolas e a pecuária. A região montanhosa favoreceu a formação desses brejos que se constituem em espaços subsumidos, como manchas ou bolsões diante da aridez acentuada do clima predominante.

Historicamente, o Agreste vem desempenhando as funções de fornecedor de gêneros alimentícios e de mão-de-obra para a Zona da Mata canavieira e o litoral, por meio das migrações sazonais. O Agreste que recebe pequena quantidade de chuvas foi caracterizado pelas “formas ásperas, os solos rasos e não raro pedregosos, a flora dominante da caatinga e a hidrografia intermitente”, onde ocorrem secas periódicas, muitas vezes calamitosas, agravando a qualidade dos solos e o aproveitamento dos recursos naturais disponíveis (MELO, 1980: 173-175). Nas cercanias do Vale do Ipojuca, dentre outros estão localizados os brejos de São José e Ororubá, ambos situados na Serra do Ororubá em Pesqueira e o de Poção no município vizinho do mesmo nome, além do brejo da Serra do Bituri localizado entre os municípios de Sanharó, Belo Jardim e Brejo da Madre de Deus.

A fertilidade das terras nos brejos na Serra do Ororubá foi sempre evidenciada. No *Diccionario Chorographico, Histórico e Estatístico de Pernambuco*, publicado em 1908, foi ressaltada a produção agrícola de Cimbres, com milho, feijão, mandioca, algodão, fumo, cana-de-açúcar e batatas. Além de frutas, como ananases, laranjas, cajus, goiabas, bananas e pinha. O autor frisou, porém, que essa produção advinha da Serra, pois: “Geralmente fraca no município, a agricultura, é futura na Serra do Ororubá pela uberdade de que oferece”. (GALVÃO, 1908, p. 181).

Em outro trecho, o autor afirmou que, além da abundância da criação de gado, cavalos, ovelhas e cabras, existiam animais silvestres na região, como veados, caititus, onças de diversas espécies, raposas, gatos maracajás, tatus, tamanduás, coelhos, mocós, preás, guarás, furões, maritacas, tejus, juntamente com “aves de diversas espécies e portes”. Afora o cedro, foram citadas outras árvores nativas e seus usos medicinais:

A aroeira (muito usada no cozimento do entre casca para dores de garganta), o bom nome (com o uso específico das moléstias das vias respiratórias), o jucá ou pau-ferro, o assafraz, guáiacó, cabeça de negro, gitó, parreira brava, japecanga (sucedaneo da salsaparrilha), o ingazeiro, jaboticabeira, o imbuzeiro, a catinga de porco (de cujas folhas se faz travesseiros sobre os quais se deitando os doentes de dores de cabeça e tonteiras, dizem cessar o incômodo), o mulungu, o cardeiro (mandacaru), o marmeleiro, o velame o barbatenão, etc. (Idem).

O conhecimento sobre o uso dessas plantas medicinais evidencia a sua tradicional utilização pelos indígenas habitantes naquela região.

No Agreste, um ambiente de clima predominante seco e com falta de chuvas, as disputas pelas regiões úmidas e pelas fontes de água eram intensas. Daí os conflitos envolvendo os fazendeiros invasores nas terras do antigo aldeamento de Cimbres e seus primeiros moradores, os índios.

A expansão pastoril foi cada vez mais acentuada, restringindo assim as lavouras de subsistência. E os brejos das serras foram sendo usados como refrigério para o gado, em períodos de longas estiagens:

As serras, muito úmidas no inverno, não se prestam à pecuária e são aproveitadas por agricultores que cultivam cereais, plantas do ciclo vegetativo curto. Na estação seca, após a colheita do feijão, do milho e do algodão, o gado é levado para a serra, para o brejo, onde se mantém com este alimento suplementar à espera de que, com as primeiras chuvas, a caatinga reverdeça. São famosas por servirem de refrigério ao

gado certas serras, como as de Jacarará, da Moça e de Ororobá, em Pernambuco. (ANDRADE, 1998, p.157).

Por outro lado, o plantio do capim para a pecuária, em áreas de caatinga ou nas cercanias das matas de serra, provocava a erosão do solo já tão pobre. A apropriação das terras, pelos fazendeiros criadores de gado, e o cultivo de pastagens representaram um novo ciclo de relações sociais na região. Ao índio pequeno agricultor cabia utilizar as terras agora consideradas alheias, porque em mãos dos fazendeiros, em regime de cessão de glebas para cultivo e moradia. Em troca, o agricultor plantava o capim destinado ao gado, que era alimentado também de restolhos da lavoura do morador.

Com a lucrativa expansão da pecuária, mesmo as fazendas de algodão e os cafezais erradicaram seus plantios:

Para o proprietário, a partir de quando se tornou desinteressante ceder terras em parceria ou em arrendamento para pequenas lavouras, o que passou a interessar foi, sobretudo, o retorno das glebas cedidas cobertas com restos de culturas, para seus animais, ou com pastos plantados. (ANDRADE, 1998: 214).

Os brejos possuem solos profundos, matas de serras e cursos d'água permanentes, favorecendo a policultura tradicional, como a lavoura do feijão, mandioca, café, cana-de-açúcar, a horticultura e a fruticultura, com cultivo de banana, pinha, goiaba, caju, laranja, dentre outras (MELO, 1980, p. 176).

Notemos, além disso, que, nesses interflúvios e em outros de menor amplitude aparecem manchas numerosas, que, não chegando a constituir verdadeiros brejos, representam áreas onde se atenuam às condições de semiaridez, com seus efeitos benéficos nas atividades pastoris. Atenuação dos efeitos da semiaridez é também a existente nas áreas dos chamados pés de serra, preferidas pela lavoura nos espaços de baixa pluviosidade. (MELO, 1980, p. 181).

Durante muito tempo, a produção de frutas e hortaliças dos brejos abasteceu não somente as feiras das cidades próximas, como também as situadas em bairros do Recife.

O Vale do Ipojuca, por onde corre o rio Ipojuca estende-se desde a nascente do referido rio na zona rural do município de Arcoverde, localizado quase na metade do estado de Pernambuco, até a cidade de Gravatá na fronteira entre o Agreste e a Zona da Mata pernambucana. O Agreste se tornou passagem quase que obrigatória para quem se destinava da Capital ao interior mais distante da Província pernambucana, foi sendo densamente povoado a partir da rota de expansão da colonização portuguesa, que inicialmente seguiu o curso do rio Ipojuca.

No Agreste pernambucano e mais precisamente no Vale do Ipojuca, entre 1850-1900 ocorreram significativas transformações socioambientais com a expansão e decadência da lavoura do algodão (1860-1880); a conhecida grande e trágica Seca de 1877 e com a extensão da ferrovia do Litoral até Caruaru em 1895 e posteriormente as outras regiões no Agreste.

Estudos realizados por pesquisadores de diferentes áreas apontaram o papel sociohistórico do Agreste a nível regional no Nordeste, como importante região fornecedora de produtos alimentícios agropastoris, matérias-primas, a disponibilidade de mão-de-obra para as povoações litorâneas, além das atividades pecuárias, policultura com uma variedade de frutas, legumes e outros produtos agrícolas destinados ao abastecimento das feiras nas cidades vizinhas e na Capital. Sendo considerado, portanto, um dos espaços dinâmicos da economia brasileira. (MELO, 1980; SOBRINHO, 2005).

A conclusão da Estrada de Ferro Central de Pernambuco que ligava Recife a Caruaru, em 1894 foi saudada com bastante entusiasmo e vista com símbolo do progresso para o município que representava o portal do Agreste. Antes da estrada de ferro, naquela região “devido a ausência dos meios de transporte, os legumes e cereais ali apodrecem nos anos de fartura”. O trem, portanto, significou além da segurança a facilidade do transporte e para o escoamento da produção, pois “grande quantidade de solas, couros, algodão, queijo, feijão, etc.” fora enviada para a Capital como informava em 1884 o engenheiro Henrique Milet.¹ Ao Ministério da Agricultura.

Todavia, a expansão ferroviária que favoreceu o aumento da produção agroindustrial no Agreste, também provocou o desmatamento, o uso indiscriminado dos mananciais de água naquela região, agravando a situação em períodos de seca. O estudo de um geógrafo em 1956 descreveu a região onde se localizam os brejos da Serra do Ororubá como de solo arenoso e pedras com clima semiárido e também semiúmido, onde, durante boa parte do ano, predominava a seca. O gado dividia o espaço com lavouras e plantações de tomate:

O pardo triste da vegetação então despida de folhas e o aspecto agoniado das cetáceas põem em destaque o viço lustroso das cercas vivas dos aveloses que cumprem, entre outras utilidades, a função de separar as áreas do criatório extensivo, em campo aberto, dos tratos de terras cultiváveis, enquanto que apenas aqui e ali, em locais aparentemente escolhidos a dedo, algumas raras unidades arbóreas, também sempre verdes, espalmam suas frondes

¹Ofício de Henrique Milet, em 18/03/1882, ao Ministro da Agricultura. Recife, Arquivo Público de Pernambuco, Códice Diversos, D38, p. 46.

proporcionando o bem-estar de uma sombra. Paisagem esta ainda mais desoladora posta em comparação com a outra, a da época das chuvas miúdas, quando as caatingas reverdecem e florescem em todo “Seu” esplendor, permitindo a colheita de frutos silvestres, a engorda do gado e o trabalho agrícola nos roçados e nas plantações de tomate (SETTE, 1956: 8)

Os citados roçados eram os sítios, pequenas glebas de terras espremidas entre as áreas de criação das fazendas, que permaneciam nas mãos de umas poucas famílias indígenas.

O autor apontava o desmatamento recente das matas existentes nos brejos úmidos característicos da Serra. Restavam insignificantes “retalhos de matas testemunhos”, pois as matas de outrora continuavam a ser substituídas por cafezais, plantações de goiabeiras, bananeiras e outras frutas. (SETTE, 1956, p. 12). Produção essa destinada às fábricas de doces e conservas localizadas na área urbana em Pesqueira. As matas eram derrubadas também para abastecer de lenha as locomotivas do trem que ligava Pesqueira ao Recife, “as fornalhas das fábricas de doces, os fornos de padaria e fogões domésticos” (SETTE, 1956, p. 8). Ocorria, portanto, a destruição do patrimônio natural, para atender as exigências da lógica econômica em vigor.

A partir dessa lógica, a Serra estava sendo toda ocupada. Nas localidades mais úmidas predominava a criação do gado de corte e o destinado à produção de leite. Nos sopés da Serra, mais próximos da cidade, constatava-se a “plantation” do tomate destinado à indústria, “enxotando cada vez mais para longe os roçados de subsistência ou mesmo reduzindo as áreas de criação” (SETTE, 1956: 14).

Os brejos da Serra do Ororubá foram e continuam sendo fornecedores de gêneros alimentícios para Pesqueira e região. Na lógica econômica em vigor nos anos de 1950 era trazida do Ororubá a matéria-prima para as indústrias de doces existentes na cidade, como registrou o estudioso sobre uma possível primeira impressão do visitante recém-chegado,

Durante os meses de safra, os caminhões abarrotados de caixotes de frutas e tomates fazem filas diante dos portões dos estabelecimentos fabris enquanto paira no ar cheiro de goiaba em processo de cosinhamento ou o odor acre dos tomates fermentados atraindo enxames de impertinentes moscas. (SETTE, 1956: 78).

O combustível para as fábricas era trazido da Serra. A madeira utilizada na indústria provocava a destruição das matas: “Essa dependência ao combustível lenha tem custado a destruição do revestimento vegetal primitivo. As matas do Ororubá e as caatingas altas dentro de uma área de enorme raio acham-se praticamente desaparecidas” (SETTE, 1956, p. 89). O

desmatamento acelerado, além de influir nas condições do solo na região, prejudicar desde os pequenos agricultores aos fazendeiros, comprometia a própria indústria:

Também a devastação das matas para exploração da lenha, como já ficou assinalado, não só modifica a paisagem física, mas igualmente altera e dificulta as possibilidades agropecuárias dos fazendeiros e pequenos plantadores, devido ao aceleramento dos processos de erosão dos solos no alto da Serra e ao rápido escoamento e evaporação das águas no pediplano. (SETTE, 1956, p. 92)

Para o geógrafo, a criação de gado também era a grande responsável pela degradação na Serra, pois existia “o costume, aliás, já antigo de alguns criadores em soltar os seus gados dentro das ‘mangas’ de ‘refrigérios’ nos brejos úmidos da Ororubá” (SETTE, 1956, p. 93). Esses espaços citados pelo estudioso eram locais de clima ameno e irrigados por riachos e fontes de água, onde se concentravam as roças dos pequenos agricultores, os índios cujas terras eram invadidas pelo gado, principalmente nas épocas de longas estiagens.

Também a água para as fábricas e para o consumo dos moradores em Pesqueira provinha da Serra. A fábrica “Peixe” possuía açudes que abasteciam suas unidades fabris. Todavia, já era vivenciado o “cruciante problema da água”, agravado principalmente na época das secas: “A Prefeitura possui dois açudes no alto da Serra que abastecem mal a cidade sob o regime de racionamento, principalmente durante os meses de estiagem e pior ainda por ocasião das secas” (SETTE, 1956, p. 94).

Muitos avisos mensais do “Posto Xucuru” elaborados pelo Chefe do Posto Indígena Xucuru, o antigo Aldeamento de Cimbres na Serra do Ororubá, listaram no final da Década de 1950 a produção agrícola em grandes quantidades de farinha de mandioca, feijão e frutas: caju, mangas, goiaba e bananas. Essas informações revelam a fertilidade e a diversidade de culturas, no espaço tão pequeno de 6ha de terras, correspondente ao patrimônio do Posto. Chama a atenção que, no início de 1959, apenas a farinha e o feijão foram integralmente destinados ao consumo. Dos 15.198 cajus colhidos, 10.000 foram vendidos. E ainda, das 10.897 mangas, apenas 2.000 foram consumidas. Das 5.170 caixas de goiabas, 5.000 foram vendidas, e as demais destinadas ao consumo. Todas as 167 caixas de tomates e os 897 litros de mamona foram vendidos. Como foi visto, nesse período estavam em pleno funcionamento as indústrias de doces e conservas em Pesqueira. Considerável parte da produção agrícola do Posto foi destinada às indústrias na cidade, como confirmaria posteriormente Ney Land, membro do Conselho Nacional dos Povos Indígenas/CNPI, na sua descrição sobre o Posto Xucuru.

Em outro Aviso Mensal foi citado o plantio de uma grande quantidade de árvores frutíferas e pés de café. Em 3ha estavam plantadas 210.255 árvores. Foram colhidas e vendidas 18.117 caixas de goiabas e 414 de tomates. A população indígena era contabilizada em 1469 indivíduos, em sua maioria mulheres. Após meados do mesmo ano, o Aviso Mensal, registrou um maior volume da produção e o cultivo de outros produtos, como pitomba, macaxeira, milho, verduras e legumes, bem como a venda de boa parte da produção colhida. Informava também o aumento das vendas, inclusive de itens anteriormente destinados exclusivamente ao consumo. Assim, foram vendidos 4.600 dos 10.600 litros de farinha, 9.000 dos 10.300 milhos colhidos, 5.000 kg dos 6.4000 kg de macaxeira, 10.000 das 15.000 bananas. Foram vendidas ainda 1.200 caixas de pitomba, 4.500 caixas de tomates e 700 kg de verduras e legumes. Foi adquirido material de construção para conclusão da escola Marechal Rondon. A referida unidade escolar era localizada em Brejinho.

Constata-se, pela leitura dos Avisos Mensais expedidos dos anos seguintes, um significativo aumento da produção agrícola destinada à venda, em oposição à diminuição da quantidade para consumo. Os encarregados do Posto por diversas vezes solicitaram ou reclamaram à Inspetoria Regional do SPI no Recife a ausência e/ou atraso dos repasses de recursos, bem como a falta de sementes e ferramentas para os índios, sempre citados como desamparados. Tratava-se dos índios espalhados na Serra do Ororubá, enquanto era vendida quase toda a produção do Posto.

As descrições do Ambiente na Serra do Ororubá elaborada por Ney Land em 1965 são por demais pessimistas. A estrada do Posto Xukuru até a localidade d Brejinho estava em péssimas condições, com grandes buracos e desfiladeiros, por onde escoavam as águas das chuvas. Para Land, não existiam comunicações entre as várias localidades, na Serra do Ororubá. A seca era favorecida pelo clima quente, e a impermeabilidade do solo provocava o rápido escoamento das chuvas, em uma região com duas estações bem definidas: inverno e verão.

A geografia local era de terras altas, com secas, erosões e um pequeno riacho. Ao enfatizar as “reduzidíssimas lavouras”, o plantio dos cajueiros, mangueiras e o cafezal, Ney Land evidenciava outra situação, muito diferente de anos passados recentes, em que os avisos mensais do Posto traziam contínuas informações sobre a considerável produção agrícola, principalmente de frutas. O membro do CNPI afirmou a inexistência de fauna local, apenas de “pássaros para gaiolas” e declarou que no riacho que não havia peixes. A região de Brejinho era a mais habitada. Informava ainda Land que, além de um hectare cultivado com milho, o

Posto tinha vinte pés de abacate, trinta de bananeiras, quatro laranjeiras e trinta mangueiras. No ano anterior, a produção de vinte caixas de goiabas fora vendida à fábrica Peixe.

Outro retrato do Posto e dos Xukuru, com uma detalhada riqueza de informações, é encontrado em um Relatório de Estágio de William Ribeiro, em 1971. As observações resultaram do acompanhamento da rotina do Posto e da convivência muito próxima com os Xukuru. Ribeiro começou afirmando a grande dimensão da área habitada pelos “remanescentes” Xukuru, existindo aldeia distante 20 km da sede do Posto. Toda a área foi percorrida a cavalo por William, que esteve, dentre outros locais, em Cana Brava, Brejinho, Vila de Cimbres, na Serra do Ororubá.

Nas terras de propriedade do Posto havia além de fruteiras, muitos pés de café, mas descuidados e prejudicados pelo mato daninho. Após a colheita, o terreno seriam preparado para o plantio do café e da mandioca. Na estação chuvosa seriam plantados milho, feijão, maracujá e quiabo, afora goiaba, manga, abacate e jaca, culturas cuja produção encontrava facilmente mercado. Convicto de que, com isso, seriam mudadas as precárias condições de vida dos Xukuru, William afirmava que assim alcançariam o progresso como meta desejada. (SILVA, 2008).

Durante a década de 1950 crescera consideravelmente a produção agroindustrial em Pesqueira, todavia com um elevado custo social. Na Serra do Ororubá, onde moravam os índios Xukuru do extinto Aldeamento de Cimbres, as fazendas de gado, com grande produção leiteira, dividiam os espaços com o plantio de tomates e frutas destinadas às indústrias de doces e conservas na cidade. Na Serra também, além da água canalizada para o abastecimento das indústrias, as matas eram devastadas, para a retirada de madeira que serviu como combustível para as fábricas. Seus antigos habitantes eram expulsos de suas terras e, como foi visto, muitos vieram morar na periferia de Pesqueira, onde alguns se tornaram operários. (SETTE, 1956). Miséria para muitos e fartura para poucos. O avanço do latifúndio agroindustrial na Ororubá provocava a escassez da produção de alimentos destinados à cidade, com a elevação dos preços, a pobreza generalizada e a mendicância acentuada, como noticiava um jornal local.

Em uma longa matéria publicada em fins de 1962 em um jornal impresso no Recife e de grande circulação no Estado de Pernambuco, as fábricas Peixe anunciavam a execução, com sucesso, de seu plano de Reforma Agrária em Pesqueira e sete municípios vizinhos, onde existiam terras de seu domínio com plantios de tomates e frutas destinadas à fabricação de

doces. Após enfatizar a importância econômica daquela indústria doceira para o desenvolvimento municipal e regional, o artigo abordava a preocupação com o problema social e as condições de vida dos trabalhadores. (SILVA, 2008).

A “parceria agrícola” estabelecida pela fábrica Peixe estava baseada em um contrato escrito, com “deveres e obrigações de ambas as partes”, em que a empresa deveria dar toda a assistência técnica, sementes, cuidado com o solo, além de irrigação, habitação para o agricultor e o transporte de toda a sua produção paga em 50%, em um preço previamente fixado pela fábrica Peixe. Por sua parte, o agricultor deveria acatar as normas e determinações previstas no contrato, mantendo em bom estado o solo cultivado, a habitação e as estradas, “recebendo para isso retribuição extra”, não indicada na reportagem. Além disso, ele entregaria toda a sua produção, conforme o preço fixado no contrato, devendo “somente plantar na área reservada à lavoura de subsistência, cereais ou lavouras de ciclo curto, afim de que, concluída a colheita e de acordo com o plano de pecuária, o gado da empresa possa pastar em toda a área, durante dois ou mais meses, até o início das culturas do ano seguinte”. (FEITOSA, 1985, p. 82)

Desde meados de 1950 a fábrica Peixe detinha em seu poder uma grande área agrícola, onde se situavam as “fazendas” de cultivo, com base no trabalho assalariado. A parceria proposta por aquela indústria, no início dos anos 1960, além de fazer parte de um processo de reestruturação da empresa, foi propagada como uma estratégia para melhorar, mas fundamentalmente o objetivo era modificar as relações de trabalho e produção, salvaguardando os interesses da empresa. A indústria doceira, outrora saudada como promotora do progresso e do grande desenvolvimento regional dava seus primeiros sinais de decadência, sendo a perda de lucros e os custos sociais considerados naturalmente como remediáveis. A proposta da Indústria Peixe constituía fundamentalmente uma resposta das elites econômicas para atenuar os conflitos sociais, decorrentes da concentração de terras e da manutenção de relações de exploração dos trabalhadores rurais, em Pesqueira e regiões próximas. (FEITOSA, 1985). Os graves problemas sociais eram vistos, antes de tudo, como uma questão de polícia. É sintomático que o recorte do jornal esteja depositado no Arquivo Público Estadual de Pernambuco na documentação do Dops.

A fábrica Peixe e as demais indústrias de doces e gêneros alimentícios instaladas em Pesqueira entraram em decadência em fins dos anos 1960 que se acentuou na década seguinte, em consequência das sucessivas pragas que atingiu a lavoura do tomate apesar do intenso uso

de agrotóxicos que provocaria grave degradação das terras da região, das mudanças econômicas em que os grandes capitais passaram a ser investidos no Sudeste do país, em fábricas concorrentes. Ocorreu a desagregação dos proprietários, a família dos Brito, a venda da empresa a um grupo canadense e, posteriormente, a falência (CAVALCANTI, 1979).

Com a expansão ferroviária ocorreu uma maior concentração populacional ao longo do Vale do Ipojuca. Situada em uma encruzilhada entre outro grande centro regional que é Campina Grande/PB, também com uma estrada que liga até Maceió/AL e a caminho entre o Sertão e a Capital Recife, a cidade de Caruaru que se tornou bastante conhecida pela sua feira “que vende de tudo”, torou-se expressão maior de um grande crescimento demográfico urbano nos anos seguintes. Uma concentração populacional desordenada, onde muitos que foram atraídos por esse novo “Eldorado”, a despeito das longas estiagens ou enchentes periódicas, moram em casebres miseráveis as margens do rio Ipojuca, de águas pretas e fétidas poluídíssimas com esgotos domésticos e indústrias, a espera de ações de prometidas pelo poder público local, como recentemente noticiou a imprensa.²

Bibliografia

ANDRADE, Manoel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste*. 6ª ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.

CAVALCANTI, Célia Maria de Lira. *Acumulação de capital e a industrialização em Pesqueira (Pernambuco)*. Recife: UFPE, 1979. (Dissertação Mestrado em Economia – PIMES).

FEITOSA, Raymundo Juliano Rego. *Capitalismo e camponeses no Agreste pernambucano: relações entre indústria e agricultura na produção de tomate em Pesqueira – PE*. Recife: UFPE, 1985. (Dissertação Mestrado em Sociologia – PIMES).

GALVÃO, Sebastião de Vasconcellos. *Dicionário chorográfico, histórico e estatístico de Pernambuco*. Rio de Janeiro: 1908.

HONORATO, Manoel da Costa. *Dicionário topográfico, estatístico e histórico de Pernambuco*. 2ª ed. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1976.

MARTIN, Gabriela. *Pré-História do Nordeste do Brasil*. 3ª ed. ver. atua. Recife, Editora Universitária da UFPE, 1999.

²“Famílias às margens de rio à espera de casa”. Recife, *Jornal do Comercio*, 16/03/2013, Caderno cidades, p.4.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

MEDEIROS, Maria do Céu. *Igreja e dominação no Brasil escravista: o caso dos Oratorianos de Pernambuco (1659-1830)*. João Pessoa: Ideia, 1993.

MELO, Mário Lacerda de. (1980). *Os agrestes*. Recife: SUDENE, 1980.

MELLO, José A. G. de. Três roteiros de penetração no território pernambucano (1738 e 1802). In: *Da Inquisição ao Império*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2004, p. 87-113.

PINTO, Estevão. *Os indígenas do Nordeste: introdução ao estudo da vida social dos indígenas do Nordeste brasileiro*. São Paulo: Nacional, 1935,v.1

PÔRTO, Kátia C.; CABRAL, Jaime J. P; TABARELLI, Marcelo. (Orgs.) *Brejos de Altitudes em Pernambuco e na Paraíba: História Natural, Ecologia e conservação*. Brasília: MMA, 2004.

PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650 -1720*. São Paulo: Hucitec, 2002.

SANTOS, Luiz Cristóvão dos. *Caminhos do Sertão: crônicas*. Recife: UFPE, 1970.

SETTE, Hilton. *Pesqueira: aspectos de sua Geografia Urbana e de suas interrelações regionais*. Tese de concurso para provimento efetivo da cadeira de Geografia do Brasil do Colégio Estadual de Pernambuco. Recife, 1956.

SOBRINHO, Vasconcelos. *As regiões naturais do Nordeste, o meio e a civilização*. Recife, Condepe, 2005.

SILVA, Edson. *Xukuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1950-1988*. Campinas: UNICAMP, 2008. (Tese Doutorado História Social).